

Os jovens, as políticas sociais e a formação educativa*

Janice Tirelli Ponte de Sousa

Prof.^a do Departamento de Ciências Sociais – UFSC

Resumo

Este artigo discute a presença social da juventude e a forma como a sociedade brasileira está estruturando o futuro das suas novas gerações. Toma como base a condição social da juventude contemporânea brasileira questionando as iniciativas e ações públicas a ela relacionadas. A análise percorre a situação social e educacional da vida do jovem brasileiro bem como as ações de políticas sociais voltadas para ele enquanto ator social.

Palavras-chave: políticas sociais para a juventude; juventude e formação educativa.

Abstract

This paper discusses the social presence of young people and the way how the Brazilian society is building up the future of its new generations. Based upon the social conditions of the contemporary Brazilian youth, it questions the herewith related public initiatives and actions. The review also examines the social and educational situation of the Brazilian young people as well as the social policies on them, viewed as social actors.

Keywords: social policies on youth; youth and education.

* Young people, social policies on youth and education.

Introdução

Os estudos sobre a juventude envolvem uma dimensão enorme de questões que possibilitam uma abordagem muito variada do tema por parte dos pesquisadores das ciências humanas e sociais.

O jovem é um indivíduo vivendo sempre uma condição de vida, de trabalho, de classe, de linguagem, de cultura etc., e quando nos aprofundamos em suas questões, suas referências e dificuldades, as diferenças estreitam-se consideravelmente e evidencia-se o fato de a juventude ser uma condição transitória que oscila entre dois extremos. Por um lado, uma autonomia superior àquela que usufruía na adolescência, o que dá a ela a percepção de ser capaz de resolver uma quantidade enorme de problemas individuais e de enfrentar desafios sociais. Por outro, manifesta, a angústia de não poder levar adiante todas essas ambições; quando reconhece o limite que lhe é imposto, tanto pela família quanto pela sociedade.¹

A distopia dos muitos jovens neste final de século é a resposta a sua exclusão social, difundida por uma consciência, incentivada pela modernidade tecnológica, que vem abafando a rebeldia ainda possível neste segmento capaz de alterar caminhos.

Fala-se muito, hoje no Brasil, sobre os jovens, mas a sociedade brasileira tem sido tímida em suas ações, para não dizer que chega a ser constrangedora a proteção social dedicada a eles, contrastando com a participação que têm na vida ativa do país. Estamos falando de um segmento que, embora socialmente, não seja uniforme, vive o paradoxo de ser em sua grande parte ativo na vida econômica e conquista uma posição indefesa diante da imposição de circunstâncias de exclusão do mercado de trabalho e das preocupações educacionais.

A juventude brasileira vive uma vulnerabilidade, apesar de ser um grupo significativo tanto demográfica quanto economicamente. Podemos tratar sua condição como vulnerável, a partir da compreensão de que existem segmentos sociais que vivem excluídos, com pouca proteção social e sob o fenômeno da vulnerabilidade que nas sociedades latino americanas² varia conforme cada dinâmica social, econômica e moral.

¹ BRASLAVSKI apud MADEIRA, Felícia. Os Jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. In: *Cadernos de Pesquisa* 1986, n. 58, p. 17. São Paulo.

² Este é o ponto de vista de KRAUS, que argumenta com a diferença que envolve as pessoas e suas condições: "a condição do refugiado é diferente de um trabalhador imigrante em contraposição ao prisioneiro; é distinto padecer de AIDS através de uma transfusão que

1. Políticas sociais e a juventude: aproximação com a realidade

O pouco avanço que temos assistido nas orientações adotadas pelas políticas sociais³ para os jovens, não pode ser justificado pela insipiência da sociologia da juventude no Brasil, apesar do gabarito de educadores e sociólogos que compõem hoje os quadros técnicos dos escalões da administração pública ou de suas instituições incumbidas de tal tarefa.

A juventude como problemática social tem sido assumida pelos governos com ações limitadas e que não incorporam a compreensão efetiva de suas carências e dificuldades no sentido mais abrangente que envolvem suas vidas: habitação, saúde, educação, trabalho, vida afetivo-sexual, sociabilidade.

Essa ausência sobre as questões juvenis por parte do Estado pode converter-se numa fonte aguda de conflitos e mesmo de outros problemas como o prolongamento da dependência familiar (que pode intensificar os conflitos no convívio), dificuldades de inserção profissional e outros de natureza diversa como uso de drogas, delinquência,⁴ etc. O caráter assistencialista precarizado e reprodutivista tem predominado desde as origens históricas das políticas sociais na América Latina, apoiando-se em relações voluntárias entre Estado e beneficiados.

Na realidade as políticas sociais sempre resultam de visões ideológicas e valorativas com relação à ordem social que, embora se expressem como consensuais, não o são e escondem o caráter conflitivo e contraditório da própria sociedade. O caráter político se evidencia no sentido dos objetivos que orientam e delimitam a ação governamental expressa em “programas”, e a interferência estatal sempre ocorre sob a condição institucional de “garantia do interesse geral”, muito embora essa isenção não ocorra pela ausência de neutralidade na própria natureza do Estado moderno. Porém, a política social, como estratégia de desenvolvimento social, dá visibilidade e materialidade ao Estado que

como consequência do uso de drogas”. Ou seja, são mecanismos diferentes que definem o substrato da vulnerabilidade, mas eles são evidentes e interferem na trajetória individual e social das pessoas. KRAUS, Arnoldo. *Trabajo Social*. 1997, n. 16, p. 23.

³ A noção de “social” é equívoca para orientar a própria intervenção visto que pode referir-se, em termos gerais, tanto a um sentido globalizado, generalizável, sobre os fenômenos das sociedades, quanto a uma parte da sociedade, inclusive onde, juntamente com o político, o econômico, o cultural, atuam como esferas autônomas e intimamente relacionadas. Las Políticas Sociales en Cono Sur. 1975-1985. In: *Cuadernos del Ilpes*. 1989, p. 30. Santiago del Chile : ILPES/CEPAL.

⁴ PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa : Imprensa Nacional. 1996, p.24.

age através dela. É desta forma que as políticas públicas que as expressam só podem ser construídas a partir da percepção das diferenças no interior da sociedade e pela significância com que uma determinada questão está socialmente problematizada. O enfrentamento da questão social só será frutífero se começar pela qualificação do problema,⁵ e o segmento juvenil justifica esse recorte para sua melhor compreensão.

2. O Estado brasileiro e as políticas sociais

É na crítica direta ao modelo neoliberal orientador das ações das políticas do Estado brasileiro nos anos 90, que se esclarece o descompasso apontado anteriormente. Para VIEIRA,⁶ aquilo que se denomina “política social do nosso neoliberalismo tardio” na realidade corresponde à negação dos direitos políticos, da garantia mínima de sobrevivência aos indigentes e da exigência de contrapartida para o gozo dos benefícios, vinculando diretamente o nível de vida ao mercado, transformando-o em mercadoria. Ou seja, constata-se nesse momento da história, por conta de uma nova fase de acumulação capitalista, decorrente do alto desenvolvimento tecnológico posterior aos anos 70, a maior supressão dos direitos sociais da população brasileira por parte da classe dirigente.

As bases do não-intervencionismo que orientam as políticas neoliberais são o mercado, a competição e o individualismo, em oposição à universalidade, à igualdade e à gratuidade dos serviços sociais. Pode-se afirmar que a crítica ao estado de bem-estar social na fase radical do neoliberalismo estará justamente na oposição a elementos que apontem para o comunitarismo e a desmercantilização, num aparente antiestatismo que exige um Estado forte para viabilização da legalidade necessária, favorável à expansão do mercado.⁷

O bem-estar social propriamente é atribuído como função de âmbito privado tendo como fontes a família, a comunidade e os serviços privados. O Estado intervém apenas com o intuito de garantir um mínimo de alívio da pobreza e produzir os serviços alheios aos interesses dos setores privados que investem na área. As políticas públicas ou assisten-

⁵ LESSA, Carlos et alii. Pobreza e política social: a exclusão dos anos 90. In: *Praga – Estudos Marxistas*. 1997, n. 3, p. 64. São Paulo : HUCITEC.

⁶ VIEIRA, Evaldo. As políticas e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. In: *Serviço Social e Sociedade*. 1997, ano XVIII, p. 68.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 162.

cialistas, são controladas através da limitação de programas para evitarem a geração de direitos sociais. Ou seja, em sua essência, o que está em jogo nesse projeto é um novo padrão de acumulação de capital que para ser bem sucedido precisa enfraquecer os trabalhadores, neutralizando suas ações organizativas e reivindicatórias e descaracterizando os conflitos de caráter classista da sociedade.⁸

A adoção das políticas neoliberais na América Latina não seguiu a trajetória única por conta das particularidades das políticas de cada país. No Brasil, não têm-se conseguido erradicar a precariedade da inserção da população mais pobre nas esferas da produção, do consumo e do acesso aos bens públicos e aos serviços. Aqui a exclusão não é de alguma forma de vínculo social mas, fundamentalmente, uma exclusão de direitos.

Em síntese, as estratégias atuais do Estado assim são definidas por elegerem outras prioridades e se expressam no corte dos gastos sociais, na privatização, na centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e na descentralização da ação pública para o nível local. A privatização articula estes conjuntos de elementos na perspectiva de abrir as atividades econômicas mais viáveis aos investimentos privados, para ampliar os âmbitos de acumulação e dar base material para o objetivo político-ideológico de mercantilizar o bem-estar social? A naturalização da exclusão social é o maior ônus. Essas orientações atingem a população de forma diferenciada e, principalmente no âmbito da preocupação educacional, é preciso atentarmos para a situação da juventude.

Partindo desse pano de fundo, é possível perguntar a respeito do tipo de proteção pública de caráter social, econômico e ético que está reservada ao jovem brasileiro, pensando em sua formação educacional e sua preparação profissional. Quais as especificidades que vive esse segmento social para precisar de um cuidado particular nas áreas educacional, de seguridade e cidadania?

2.1. Os jovens entre a escolha e a circunstância

Ainda que não possamos generalizar a condição da juventude como única, é possível argumentar de modo geral que esse segmento, embora não

⁸ Ver LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (org.). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. 1997, p. 63-86. São Paulo : HUCITEC.

⁹ LAURELL, A. Cristina. Op. cit., p. 68.

uniforme, apreciado pelas estatísticas através da faixa etária, vive o paradoxo de ser ativo na vida econômica do país e ao mesmo tempo vivem a triste posição daqueles que estão vulneráveis diante da imposição de circunstâncias de exclusão do mercado de trabalho e das preocupações educacionais.

Essa condição de vulnerabilidade tem um duplo sentido: o primeiro na relação que o jovem estabelece consigo próprio e com outros jovens, diferenciando-se pelas indefinições próprias do ciclo de vida nessa fase e por partilharem como grupo social significativo;¹⁰ o segundo, a relação do jovem com sua sociedade, vivendo a pressão, como os demais segmentos da população, da estrutura social, que tem como base a desigualdade, a discriminação social e a exclusão de direitos. Ambos os sentidos interferem na conduta e na socialização juvenil, e a compreensão de como se desenvolvem as condições de vulnerabilidade é objeto também da educação e da sociologia.

Vejam algumas condições sociais que envolvem a juventude brasileira de um modo geral para, a seguir, discutir suas implicações dentro do quadro referencial em que consideramos como de vulnerabilidade social.

2.1.1. Participação e exclusão do jovem na vida ativa do país

No Brasil, dados do PNAD – de 1995 informam que existem 28,7 milhões¹¹ de jovens, na faixa dos 15 a 24 anos. Segundo pesquisadores do SEADE, os jovens que hoje têm entre 15 e 19 anos de idade deverão atingir a maior proporção demográfica da história brasileira no ano 2.000, ainda que em ritmo decrescente a partir de 2.000/2.005, podendo a taxa de crescimento alcançar valores negativos por volta de 2.010.¹²

Os dados do PNAD de 1995, evidenciaram também a precocidade da entrada dos jovens no mercado de trabalho – 18,8 milhões¹³ – e que desde cedo é incorporado na vida dessa camada da população. Até o final da década de 60, início de 70, os jovens estudantes (ginasiais, secundaristas ou universitários) incorporados ao sistema educacional e os jovens trabalhadores, sub-ocupados ou desocupados pertenciam a setores sociais distintos. Os primeiros pertenciam aos setores médio e alto; os outros aos setores populares e pobres. Isso demonstra o caráter mais afunilado da pirâmide educacional do período.

¹⁰ PAIS, José Machado. Op. cit., p. 22.

¹¹ ARIAS, A. Rodriguez. 1998, p. 519.

¹² MADEIRA, F. 1998, p. 430.

¹³ ARIAS, A. Rodrigues. Op. cit., p. 521.

Porém, gradativamente, quando a oportunidade educacional aproxima os jovens da escola, o trabalho passa a ser uma necessidade, uma vez que para permanecer no sistema escolar eles precisam exercer conjuntamente uma atividade remunerada. O trabalho torna-se atividade concreta para muitos jovens enquanto que a escola é uma atividade para poucos.¹⁴ Com o agravamento da situação econômica na década de 80, e invertendo a tendência dos anos 70, os jovens vão enfrentar a necessidade efetiva do trabalho como fonte complementar da baixa renda familiar.

Aqueles pertencentes aos setores populares, ao serem beneficiados com a expansão do sistema educativo, foram obrigados a exercer alguma atividade remunerada para se manter como estudantes. Assim, pressionados pela necessidade de aumento da renda familiar e assumindo a expectativa dos setores médios da sociedade que vêm na escola um meio de ascensão social, inserem-se no mercado de trabalho.

Constata-se, portanto, que da década de 80 em diante consolida-se a combinação escola-trabalho na vida do jovem brasileiro. O número de trabalhadores adolescentes é muito maior do que o de crianças, e eles trabalham em condições diferentes; sua participação é maior nas áreas urbanas, e os jovens que já completaram a maioridade seguem em geral as mesmas tendências dos adultos, apresentando indicadores altos de participação no mercado.

A partir dos estudos demográficos que serviram de referência nos últimos anos para a discussão da situação da juventude no Brasil foi-se assumindo que, durante a década de 80, o trabalho para o jovem tem também um sentido diverso do que tem para o adulto: a remuneração de seu trabalho significa independência, liberdade e triunfo na negociação de seu espaço no âmbito familiar.

Ao considerar-se a quantidade de pesquisas que relacionam o trabalho juvenil como decorrência da pobreza e impedimento do avanço da escolaridade, muito são críticos alegando a tendência economicista na análise da motivação que leva o jovem a entrar no mercado de trabalho.¹⁵

Segundo as críticas há desvios interpretativos abordando o problema, indicativos de convicções resultantes de investigações com propósito de denúncia e não de diagnóstico e a taxa de atividade não está relacionada a níveis de riqueza ou pobreza mas sim à oferta de trabalho.

¹⁴ MADEIRA, Felícia. A roda viva do mercado. In: *Tempo e Presença*. 1989, n. 240, Ano 11, p. 11-12. São Paulo.

¹⁵ MADEIRA, Felícia. Op. cit., p. 12.

Embora seja importante a compreensão do motivo que leva o jovem ao trabalho, para o estudo das condições sociais que são oferecidas para sua formação, contudo isso não ameniza os números reais que atribuem à mão de obra juvenil uma relevância no conjunto da população ativa do país.

Os dados mostram que no quadro da população economicamente ativa o jovem já divide a presença nas estatísticas do desemprego com outros segmentos. A particularidade desta condição é que embora seja um segmento econômico significativo, sua participação é relativamente recente e já sofre com a exclusão, que toma feições estruturais na nova ordem econômica assumida pelo Estado. A taxa de atividade do adolescente tem sido declinante, seja pelo crescimento da própria faixa etária, seja pela relação direta entre escolaridade e nível de rendimento, ou mesmo pela oferta de trabalho. Também, está mudando a concentração da mão de obra jovem em relação aos setores da economia; ela deixou de predominar na agricultura para se concentrar também no setor de serviços como mostram os dados de 1995 do IBGE (28,9% e 24,2% respectivamente).

Assim como estes, outros dados recentes nos alertam sobre a necessidade de proteção social da camada jovem de nossa população, que a exemplo dos outros segmentos sofre de forma impactante as conseqüências da política social adotada sob os critérios que anteriormente descrevemos.

Segundo MADEIRA,¹⁶ o jovem está menos engajado no mercado do que antes, pela composição de fatores como continuidade da migração rural, transformações no mundo do trabalho, impacto da “onda jovem” no mercado, a taxa de atividade nos últimos anos têm declinado.

A inatividade revela um aspecto da exclusão social do jovem, e é em suas condições de trabalho que fica demonstrado como ele é duramente afetado pela falta de políticas sociais que o protejam seja do desemprego seja da discriminação quando no trabalho.

Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo DIEESE e pela SEADE na Grande São Paulo¹⁷ indicam altas taxas de desemprego, inclusive superiores às verificadas para outros segmentos da população. A idade é um dos atributos que mais dificulta a inserção no mercado, além de sexo, cor, migração. A falta de experiência, relacionada

¹⁶ MADEIRA, Felícia et alii. *Mapeando a situação do adolescente no Brasil. – versão preliminar*, p. 12. São Paulo : SEADE. 1997.

¹⁷ Que podem representar de certa forma a situação do país.

aos estereótipos de menor compromisso com o trabalho e menor disciplina, é um argumento que leva os números, observados na tabela a seguir:

TABELA I
TAXA DE DESEMPREGO, POR SEXO E IDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO 1985-1996

ANO	HOMENS	MULHERES	10-14a	15-17a	18-24a	25-39a	40+	TOTAL
1986	7,6	12,7	39,0	24,5	12,5	6,1	4,0	9,6
1987	7,3	12,2	32,0	21,5	12,7	6,4	3,9	9,2
1988	8,1	12,1	35,8	24,7	12,9	7,0	3,8	9,7
1989	7,5	10,6	32,1	21,9	11,9	6,2	3,5	8,7
1990	9,1	12,1	36,5	25,1	14,4	7,7	4,6	10,3
1991	10,8	13,0	35,7	26,0	16,0	9,3	6,2	11,7
1992	13,9	17,1	43,9	36,7	20,8	12,0	8,1	15,2
1993	13,4	16,6	42,2	38,1	20,1	11,4	7,3	14,6
1994	12,7	16,4	42,9	38,0	20,1	11,0	6,9	14,3
1995	11,8	15,3	42,6	32,7	19,1	10,1	6,9	13,2
1996	13,7	17,3	45,2	38,7	21,3	12,1	8,4	15,3

Fonte: SEADE/DEESE – Pesquisa de Emprego e Desemprego (médias anuais mar. a dez/96). Boletim DIEESE, p. 29, n. 194.

A tabela anterior demonstra que para o jovem trabalhador os anos 80, considerados uma “década perdida” devido à economia recessiva, não foram tão nocivos. Para eles, e para a população em geral, a segunda metade da década se desenvolveu com taxas declinantes de desemprego que retornaram na década seguinte.

Os anos 90, entretanto, afirmaram as políticas de mercado como orientadoras das condições sócio-econômicas do país, que repercutiram fortemente na vida de milhares de jovens. Eles passaram a enfrentar, entre outros problemas, o desemprego. Como os demais segmentos da população, diante de raras medidas públicas, ficaram sem amparo e alternativa. Observa-se um crescimento do desemprego em 1996 de 6% entre os jovens de 15 a 17 anos e de 2,2% entre os de 18 a 24 anos.

A jornada de trabalho é um fator de discriminação e sobrecarga para os jovens, população em formação e que precisa de tempo livre para completar seus estudos. Ela não difere muito da jornada dos adultos com 25 anos de idade ou mais. Para estes a média de horas trabalhadas

é de 43 horas semanais, sendo a média para os jovens de 15 a 17 anos em torno de 40 horas semanais, segundo dados do DIEESE.¹⁸

A *contratação* é um outro aspecto que colabora para colocar o segmento juvenil em posição de insegurança e vulnerabilidade – a grande maioria trabalha sem carteira assinada e enfrenta condições mais desfavoráveis quanto à remuneração.

Na tabela II, pode ser observada que a diferença salarial, entre os jovens e os adultos, é explicável pela fase de formação que os jovens estão inseridos. Porém, se o fator qualificação pode ser levado em conta, também não se justificaria uma proximidade salarial na faixa etária jovem, pois supõe-se que os que estão com mais de 18 anos estão mais bem preparados do que os da faixa de 15 a 17 anos, percebendo, portanto, melhores salários. No Brasil dos anos 90, não há relação entre formação e garantia de empregos e nem garantia de qualidade nas colocações no mercado de trabalho.

TABELA II

SITUAÇÃO DE CONTRATAÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DOS OCUPADOS EM 1995

Faixa Etária	Renda Média em R\$	S/ Carteira assinada
5 a 17 anos	224,00	37,7%
18 a 24 anos	296,00	17,1%
Mais de 24 anos	1.048,00	7,0%

Fonte: Boletim DIEESE

Estes números se referem à parcela que está no mercado de trabalho. A comparação desta parcela com aquela que, por motivos diferenciados, está fora do mercado de trabalho e da escola, transforma simples números em dados ameaçadores para o futuro de uma geração que está com perspectivas bem mais estreitas desde agora.

Em termos educacionais nossos jovens sofrem também com os atrasos e com a precariedade da instituição escolar no Brasil. A escola reforça a exclusão social por negar direitos fundamentais e constitucionais, principalmente ao adolescente e à criança. Primeiro pelos limites do sistema público de ensino que não habilita, não transmite valores culturais sólidos, não constroem atitudes e competências, como veremos mais adiante; o segundo, por sua incapacidade de fornecer capacitação

¹⁸ Boletim DIEESE, n. 194, mai./97, p. 30.

técnica e esclarecimento político suficientes. Os dados que se seguem expressam esse pessimismo.

TABELA III

SITUAÇÃO DE ATIVIDADE E ESCOLARIDADE DOS JOVENS BRASILEIROS — 1995.

População Total	Jovens 15 a 19 anos	Jovens Analfabetos	Ativos não Estudantes	Ativos Estudantes	Inativos Estudantes	Inativos Não Estudantes	Jovens que Estudam
100%	10,36%	6,83%	30,15%	26,43%	31,16%	12,21%	57,62%
152.364.403	15.778.383	1.077.149	4.757.820	4.170.304	4.916.266	1926.868	9.090.795

Fonte: IBGE, PNAD/95, apud MADEIRA, 1997.

Os jovens analfabetos representam 6,83% da população total dos jovens brasileiros, o que em números absolutos 1.077.149 é um índice bastante significativo. Mesmo que inseridos no mercado de trabalho, ocupando em geral funções de baixíssima renda, aproximam-se da situação dos 12,21% que não trabalham e não estudam, excluídos da vida social e afastados de oportunidades culturais. Isso torna-os frágeis às oportunidades que possam surgir, principalmente quando a concorrência se impõe e afirma a necessidade da qualificação para o trabalho.

Do mesmo modo é preocupante o índice daqueles (eles são muitos!) que só trabalham e não estudam, ou seja, 30,15%, que vêm, portanto, restringidas as oportunidades de mobilidade social dadas as exigências da qualificação cada vez maior e que, conforme veremos a seguir, funciona mais como recurso ideológico do que como uma atitude incorporada pelos órgãos públicos para amparar o segmento jovem do país.

A tabela III sintetiza em percentuais e em números absolutos a situação de atividade e escolaridade dos jovens e mostra, através dos números, de que forma eles estão preparados para o próximo milênio.

3. A invisibilidade dos direitos da juventude

No Brasil dos anos 90, observa-se um paradoxo entre a prescindibilidade da força juvenil nas prioridades reais das políticas públicas e o discurso da importância da juventude. Há uma inércia do poder público diante dos problemas que estão dominando a socialização dos jovens. Igualados aos segmentos excluídos, que sofrem também com a política da “civilização dos negócios”, eles são vistos como mão-de-obra entregue ao mercado, ao consumo. Ocupam na educação as preocupações

profissionalizantes e imediatistas, orientadas para as necessidades do mercado e não para o futuro, para uma escolha.

Infelizmente, como qualquer outro trabalhador, o jovem no Brasil é descartável pela lei dominante do mercado, vítima da falta de atenção de políticas específicas que o respaldem com uma proteção social capaz de levá-lo a superar com segurança e autonomia os problemas próprios da etapa do ciclo de vida que atravessa.

A intervenção que se tem hoje na esfera pública toma o jovem como mero receptor de ações assistenciais dirigidas ou de reprodução de valores culturais, e caminha na direção contrária aos estudos já realizados na América Latina que indicam a potencialização da resposta jovem quando há investimento em políticas para a juventude, apoiadas em sua *formação integral*.¹⁹

No exame de algumas ações sociais oficiais junto ao segmento juvenil, o que encontramos foram elementos que orientam as condutas governamentais distanciadas do estabelecimento de uma política social pública mais abrangente.

3.1 A dispersão de propósitos e a preparação para o trabalho

Sem um programa claro de ações sociais dirigidas à juventude, o Estado se perde na busca de soluções paliativas diante do acúmulo da dívida social com os setores excluídos da população brasileira.

Há uma *dispersão de propósitos* que desconcentra os agentes assistenciais do Estado de intervenções duradouras e impede a localização de soluções mais incisivas e contundentes diante da marginalidade, do abandono e da carência que a população jovem está enfrentando.

Desnorteados com as estatísticas sobre desemprego, criminalidade e violência entre os jovens, órgãos públicos e governantes procuram saídas que respondam socialmente a esses enormes problemas pois chegam à constatação de que o problema da marginalidade entre os jovens é decorrente principalmente da incapacidade que estes encontram para ingressar no mercado de trabalho, da falta de oportunidades anteriores.²⁰

¹⁹ La juventud en América Latina y el Caribe. In: *Estudios y Informes de la CEPAL*. 1985, n. 47, p. 100-101. Santiago del Chile : ONU.

²⁰ Opinião da Presidente do Programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, que reflete também a dos Ministros do Trabalho e da Educação do Governo Fernando Henrique Cardoso. In: *Gazeta Mercantil*, de 9/7/97, p. A-5.

Não existem programas governamentais específicos de atenção à juventude brasileira. Institucionalmente as propostas que têm sido colocadas em prática são aquelas voltadas para programas que incorporam o discurso da “formação integral” dirigida aos jovens na faixa de 15 a 19 anos de idade que estão fora da escola ou mesmo trabalhando em condições precárias.

Não temos dúvidas quanto à necessidade de políticas sociais com ações educativas mas a dispersão das intervenções tem levado a uma confusão do que se pretende junto ao segmento juvenil. As intervenções se dividem entre o incentivo ao ingresso no sistema escolar e incentivo ao trabalho adolescente como forma preventiva contra a marginalidade. Há um posicionamento claro contra o trabalho infantil mas um estímulo indireto ao trabalho juvenil (14 anos em diante) sob a orientação da visão do trabalho educativo.²¹

Segundo o consultor em políticas públicas para assuntos de juventude,²² é preciso mudar o enfoque e mostrar o adolescente, no uso de sua criatividade, força e iniciativa, como alguém que possa contribuir para a solução dos grandes problemas nacionais.²³ Em seu entendimento, as questões básicas da trajetória do jovem são a educação, o trabalho e a cidadania; encara-se assim o trabalho como condição dada na realidade de uma camada de jovens, reforçando seu caráter educativo como fator de humanização.

Porém, a incorporação do trabalho educativo ainda está distante de uma proposta de formação integral porque pensada e formulada nos marcos do mercado e preocupada com a colocação imediata do jovem. A união entre ensino e trabalho é emancipatória quando tem como objetivo o rompimento da própria relação entre teoria e prática, buscando na “variação do trabalho, da alternativa de tarefas para o rendimento de qualquer tipo de trabalho” um fator do desenvolvimento humano, na direção da tese da formação do “homem integral” que tem sido aceita e confirmada pela psicopedagogia moderna como política social para a infância e a adolescência.²⁴

²¹ Programa Renda Mínima que fornece um rendimento mensal para a família que mantém seus filhos na escola; criação de Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente; Bolsa Criança Cidadã e realização de diagnóstico dos focos de trabalho da criança e do adolescente pelo Ministério do Trabalho. In: *Lida – Revista do Ministério do Trabalho*. 1997, ano 1, n. 3.

²² Antônio Carlos Gomes da Costa. In: *Lida* – op. cit. p.53.

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ NOGUEIRA, Ma. Alice. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo : Cortez/Associados. 1990, p. 113-145.

O que tem sido encaminhado neste sentido demonstra uma tendência descontínua de encarar o problema da juventude dentro da orientação que valoriza o que ela pode oferecer como mão de obra ativa, pressupondo que isso não afeta necessariamente sua escolaridade reforçando o argumento de que esta inserção não se relaciona com riqueza ou pobreza e sim com a oferta de trabalho.

Naturalizando-se a condição de ser trabalhador para o jovem a partir dos seus 14 anos, foca-se o problema da exclusão por sua conseqüência e não por sua causa, e apropria-se de um discurso humanizado pela expressão do “trabalho educativo”. Mas devemos tomar como resolvida a questão da defesa do trabalho juvenil desde os 14 anos? O número crescente dos desassistidos, da violência e da evasão escolar pode estar induzindo os planejadores a este entendimento.²⁵ Há que se ter políticas que assistam o excluído, mesmo através da oportunidade de união entre trabalho e ensino, porém isto pode representar uma falácia pedagógica na compreensão do problema sob a perspectiva da sociedade capitalista em sua fase globalizada.

Alguns pesquisadores da área social chegam a sugerir que a responsabilidade pela condição da criança e do jovem trabalhador está por conta da formação cultural e que as crianças são compelidas a trabalhar porque espera-se que elas sejam provedoras da própria família ou de seus próprios gastos, ou seja, a família não compreende a importância da escola no desenvolvimento de seus filhos.²⁶ Ou seja, apontam as condutas individuais voltadas para a manutenção imediata das famílias como determinantes das condições de vida das classes pobres.

Ora, o que está em jogo aqui é o reforço do que FRIGOTTO (1997) apresenta como relação entre aprendizagem escolar e processo produtivo na perspectiva do capital humano no qual a escola deve ser funcional ao mundo do trabalho e da produção. Tal concepção acompanha o processo de universalização da escola no Brasil, que se desenvolveu numa estrutura de ensino para a formação das elites dirigentes de caráter ge-

²⁵ A visão unidimensional do problema pode levar ao equívoco de que a formação para o emprego, por si, afasta o jovem da marginalidade, enquanto outros fatores de socialização são esquecidos. Pesquisas recentes mostram que, principalmente nas periferias das grandes capitais, a cultura juvenil encontra formas de se auto-preservar e dar uma perspectiva para o mundo do jovem. Grupos de *break*, de *hip-hop*, de grafiteiros, têm tirado inúmeros jovens da marginalidade. Eles encontram na expressão artística da música, do desenho e da pintura um modo de vida alternativa, mudando seu comportamento social, estabelecendo um novo estilo de vida. PIMENTEL, Spency Kmitta. *O livro Vermelho do Hip-Hop*. TCC/Escola de Comunicação – USP. 1997.

²⁶ *Seminário debate trabalho educativa* LIDA. 1997, ano I, n. 3, p. 52.

ral, clássico e científico, e num ensino mais restrito, profissionalizante, voltado para os destinados ao mundo do trabalho industrial e produtivo. A qualificação e a formação profissional foram também, conduzidas paralelamente, criando seus vínculos diretos com o sistema produtivo, afirmando portanto valores, atitudes e habilidades necessários para a função do desenvolvimento econômico social.²⁷

A crise que atinge as instituições neste final de século também está na escola e ganha maior complexidade quando se percebe que, no interior desta, a aprendizagem reflete a mudança que está ocorrendo nas relações do ser humano com a realidade em termos econômicos, sociais e também ético-político. Nas palavras de FRIGOTTO:

*Neste contexto a instituição escola, enquanto ambiente de aprendizagem, também entra em crise. Mais crucial é a crise quando esta instituição se encontra, como no caso do Brasil, num atraso histórico monumental. Enquanto países como a Alemanha, França, Espanha, etc., definem a duração da escolaridade básica obrigatória em 16 anos, nós ainda estamos discutindo ao redor de 5 a 8 anos, sem termos ainda construído um sistema público efetivo de educação.*²⁸

3.2. Estado repassando responsabilidades X Estado provedor

Outro ponto observado é que enfrentando cobranças da sociedade civil organizada, e diante de uma certa “culpa” que se impõe pela realidade do desamparo social que o jovem enfrenta, o Estado assume apenas o papel de repassador de responsabilidade. Ao falar da necessidade de novos postos de trabalho, novos convênios para expandir atividades extracurriculares no 2º. grau, ele por um momento aglutina demandas para em seguida dispersá-las novamente, deixando-as ao sabor das leis do mercado sem uma solução de continuidade. A ausência de intenção programática e as poucas iniciativas encaminhadas desconcentram suas forças e sua capacidade de propor e criar uma política social voltada para a formação educativa integral das novas gerações e dar-lhe subsídios para sua autonomia e sua perspectiva futura. Quando propõe a educação, o Estado o faz na perspectiva e no ritmo do mercado de trabalho, e ainda de forma precária pois, no geral, os jovens são jogados no mercado para que nele se resolvam por iniciativa própria.

²⁷ FRIGOTTO, Gaudêncio. A escola como ambiente de aprendizagem. In: CASALI, Alípio et alii (org.). *Empregabilidade e educação – Novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo : EDUC/Rhodia. 1997, p. 145.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 145.

Quando a qualificação escolar torna-se a base/fonte da mobilidade social, associada à capacitação e mercado de trabalho, comete-se o equívoco de reduzir a educação a isso. Assume-se explicitamente a estratégia da concorrência entre as pessoas e a idéia de que cabe àquele que consegue ser o melhor aproveitar das oportunidades. É diferente, entretanto, quando no lugar do modelo de segregação e concorrência os modelos de bem-estar social caracterizam-se pela mediação de um Estado que abre oportunidades para o cidadão e frise-se, cria políticas sociais que interagem e garantem a universalidade de direitos como por exemplo educação, trabalho e renda. Uma economia de mercado como a nossa parece não poder assumir esses pressupostos quando se abre para a competitividade internacional, pois assume que o mundo é dos melhores quando se expõe à concorrência.

O que explica que entre milhões de jovens alguns conseguem superar seus patamares sociais e outros não? Não é a qualidade intrínseca dos que conseguiram aproveitar a oportunidade e ter êxito na concorrência, pois esta é apenas uma ideologia se as pessoas não estão em igualdade de condições para concorrer. A oportunidade de emprego, portanto, não depende apenas de sua capacitação profissional, mas também de outros fatores de ordem estrutural, pois com as altas taxas de desemprego existentes hoje, as pessoas qualificadas também têm perdido os postos de trabalho, sendo substituídas por máquinas.

Aqui, não cremos ser possível fugir da afirmativa clássica de que as oportunidades dadas aos jovens são classistas.

É importante destacar que a preocupação com o emprego dos jovens não é prerrogativa do Brasil. A Europa, por exemplo, tem grande parte de sua agenda ocupada pela pressão de um número aproximado de 18.500.000 desempregados dos diferentes países na fase atual de unificação. Assiste, desde junho de 97, por iniciativa das centrais sindicais,²⁹ às “Marchas Européias contra o Desemprego, a Precariedade e a Exclusão Social”.

A diferença está no caráter propositivo das intenções do Estado para com a sociedade civil. Ali ele tem se colocado como provedor, no sentido mais amplo, tomando iniciativas de criar uma política social que dê cobertura ao jovem em termos de emprego e formação.

²⁹ ROSSI, Clóvis. Europa lança seu tratado do emprego (*Maastricht para o emprego*). In: *Folha de São Paulo. Folha do Mundo*. De 21/11/97, p. 15.

Se tomarmos o exemplo da Espanha vemos que existem programas institucionais que procuram dar apoio à faixa dos 16 aos 25 anos que, por não ter ainda a qualificação exigida na contratação, é contratada por um período de 6 meses a 3 anos, recebendo menos do que o usual e trabalhando menos para poder completar sua formação. Um decreto governamental procura garantir medidas específicas para jovens, tomando como base implementar seu treinamento vocacional, obtendo experiência de trabalho e provendo incentivos para sua inserção no mercado de trabalho.³⁰

Não se leia aqui um elogio à funcionalidade de um estado de Bem Estar e nem que a medida dos países avançados pode, geralmente, ser a nossa. Os problemas e condições enfrentados pelos diferentes jovens de outros países são nitidamente diversos. A distância entre a formação de nível médio e a de nível universitário não encontra um fosso tão grande quanto aquele encontrado no Brasil onde o acesso ao ensino superior ainda é uma realidade apenas para os jovens da classe média e os sacrificados das classes populares que viabilizaram seus estudos mantendo-se na condição de trabalhador.

Acrescente-se a isso o fato de que aqui o curso superior completo não é garantia de uma colocação no mercado trabalho – tanto pelo número de postos de trabalho disponíveis quanto pela qualificação exigida: a responsabilidade de ordem social e estrutural acaba por ser transferida para o plano individual, para a iniciativa privada empresarial ou mesmo para as organizações não governamentais. Em nosso caso, o Estado não realizou nenhuma reforma estrutural (reforma agrária, imposto progressivo, diminuição das desigualdades regionais); pelo contrário, vem dismantando seu sistema público de ensino, não há sistema de formação básica e de qualificação que estruture as novas gerações.³¹

3.3. Programas sociais questionáveis

Analistas tecem severas críticas ao desempenho do Programa Comunidade Solidária – PCS – o mais visível potencial disseminador de políticas sociais em termos institucionais. O referido programa é um espaço que capitaliza as demandas de carências dos diversos setores da população e acaba sendo um apoio ao desmanche das políticas sociais, de responsabilidade pública que vêm se colocando, principalmente, a partir dos

³⁰ MARTIN, Virginia H. *Social Policy on Transitions*. Madrid. 1996, p. 4-5. (Mimeo).

³¹ FRIGOTTO, Gaudêncio. In: op. citat, p. 148.

anos 90. Referenda o encaminhamento de uma série de medidas governamentais gerais³² que fazem parte do estatuto de defesa do neoliberalismo e de sua proposta de manter o Estado mínimo, isto é, um Estado com baixa responsabilidade social e, portanto, alta redução do custeio dos serviços sociais. Sob a crítica ao assistencialismo do Estado paternalista, estabelece uma confusão com a necessidade de políticas públicas de assistência.³³

A tese de uma “vulnerabilidade” protagonizada pelo jovem brasileiro, discutida neste trabalho, se confirma através desse programa. A proposta de Universidade Solidária, voltada para a juventude universitária, é também uma nova versão do antigo projeto Rondon, que pouca eficiência demonstrou na época e que, com exceção de uma “pincelada de realidade brasileira” para o jovem de classe média, pouco benefício trouxe à socialização e ao estímulo à participação juvenil.

O PCS tem participação também na proposta em estudo no Ministério da Justiça e em outros ministérios, através da Secretaria dos Direitos Humanos, de um serviço civil alternativo ao serviço militar obrigatório, que se viabilizaria por uma emenda constitucional. Tem como objetivo aproveitar os dispensados do serviço militar, inclusive mulheres e eclesiásticos, obrigando-os à prestação de serviço civil. Diferindo da proposta do governo federal no que diz respeito ao aspecto voluntário, o projeto prevê que jovens desenvolvam atividades de caráter essencialmente civil para suas comunidades como serviços administrativos, filantrópicos, assistenciais, comunitários ou até mesmo produtivos em setores públicos.³⁴

O serviço militar voluntário deveria ser uma realidade, e muitos grupos políticos já se mobilizaram neste sentido. Isto à primeira vista

³² Para OLIVEIRA (1997), o Comunidade Solidária se assemelha a programas passados que foram arrebanhados e colocados sob uma coordenação sem programa, com marketing político: “... tenta fazer popular o partido do presidente, pois, o mesmo é um partido de cúpula, feito no parlamento e sem bases populares” mas que “é entregue aos prefeitos (da base que apoia o governo para administrá-lo.” In: *Cadernos CEAS*. São Paulo, n. 165, p. 1-6.

³³ SPOSATI, Aldaiza. Cidadania e Comunidade Solidária. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 48, p. 132-137.

³⁴ A prestação de serviços seria feita por meio de convênios firmados entre as forças armadas e órgãos federais, estaduais e municipais. Pelas propostas do Congresso, o controle e a gestão do serviço civil seriam feitas exclusivamente pelo estado-maior das forças armadas. Já o governo federal prevê a parceria com órgãos não governamentais, que ficariam encarregados de gerir os projetos nos estados e nos municípios. Todas as propostas prevêem remuneração dos jovens com “bolsas-auxílio” em torno de meio a um salário mínimo. In: *Diário Catarinense*. Florianópolis-SC, 02.11.97, p. 4.

no leva a pensar que o serviço civil pode parecer uma alternativa. O problema, porém, não está na imediatividade de uma solução para a faixa juvenil durante um período muito curto de sua vida (o programa está previsto para ser realizado durante um ano) mas, na viabilização de uma perspectiva de futuro onde ele não será uma “mercadoria prescindível”, mas um indivíduo autônomo e seguro porque em sua juventude foi amparado e formado socialmente como lhe era garantido constitucionalmente.³⁵ A pergunta não deve ser “o que fazer com os jovens de hoje” mas “que futuro podemos garantir-lhes desde já”.

3.4. O desmonte do ensino público e gratuito

Outro aspecto, de caráter estrutural atravessa as intervenções do Estado no sentido da falta de políticas sociais para a juventude – o da *desobrigação de prover sua educação*. O Estado vem cada vez mais se desobrigando do papel de provedor da educação juvenil no Brasil. Aqui a questão da opção por uma economia privatizada assume importância central.

O discurso preponderante da defesa da educação como via de acesso à modernidade que incorpora, inclusive, as históricas expectativas das classes populares como via de ascensão social, nos faz parar para pensar que tipo de jovem, hoje, conseguirá amanhã ser moderno. Poucos, como mostram os números de analfabetos do presente, que chegam a 1.077.149, ou seja, 6,83% do total de adolescentes em todo o país, como vimos na tabela III.

Apesar dos argumentos fortes da existência de uma relação entre renda familiar e escolaridade e da inserção do jovem no mercado de trabalho não prevalecer como consequência da baixa escolaridade ou exclusão da escola, o acesso à esta tem sido dificultado pela desfaçatez com que o Estado tem desprestigiado a escola pública.

Ela se caracteriza há algumas décadas através de sua “contenção”, em termos qualitativos e quantitativos. Tal ocorre tanto pela falta da presença do Estado no campo educacional quanto pelo incentivo da presença privatista no setor.

Segundo CUNHA (1995), até o início dos anos 60, tínhamos uma rede de escolas públicas de qualidade variável e, com certeza, os melho-

³⁵ Lei n. 8069, de 13/07/90 que dispõe sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

res estabelecimentos de ensino secundário e superior do país se localizavam nas capitais dos estados. Desde esse período os golpes privatistas começaram a ser desfechados, e com o governo militar de 64 a expansão do ensino privado se intensificou.³⁶

A prosperidade do setor educacional privado ocorreu no período de 1964 a 1973. Como descreve CUNHA (1995):

em algumas escolas havia estudantes de classe média dispendo de recursos para pagar as mensalidades, em outras, crianças proletárias e lumpen-proletárias, recebendo bolsas de estudo. Assim, estabelecimentos de ensino precariamente instalados em prédios residenciais puderam acumular capital suficiente para a organização de redes e a construção de grandes edifícios. Escolas estenderam seus cursos até o superior, cursinhos preparatórios aos exames vestibulares transformaram-se em escolas secundárias e faculdades; escolas superiores abriram cursos de 1º e 2º graus, e outras, ainda transformaram-se em universidades, num processo de integração vertical típica da concentração do capital.³⁷

E sempre que fatores relacionados à política econômica interferiram na queda da taxa de lucro dos investimentos do setor educacional privado, mecanismos foram desencadeados para compensar as desvantagens, encontrando apoio governamental.³⁸

Desde 1934, nas diferentes constituições, os recursos para a educação ora aparecem ora não, até confirmar-se na Constituição de 1988. Para OLIVEIRA (1995) o importante é que esta expressa legalmente uma prioridade estratégica à educação, que garante a perspectiva de univer-

³⁶ Os caminhos que levaram a esta situação foram resumidamente: a estruturação da primeira LDB favorecendo os investimentos privados na área, transferindo para os conselhos de educação (federal e estadual) importantes competências, antes concentradas nos cargos executivos; alardeamento da ineficiência e a insuficiência da administração pública em contraposição às vantagens oferecidas pela iniciativa privada, formando a opinião pública a respeito; favorecimento do setor privado da economia, inoperância da máquina fiscal, isenções tributárias, transferência direta e indireta (bolsas de estudo), empréstimos a juros negativos e subsídios a fundo perdido. CUNHA, L. Antônio. Educação política: os limites do estatal e do privado. In: OLIVEIRA, R. Portela de (Org.). *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo : Cortez. 1995, p. 12-14.

³⁷ Idem, *Ibid.*, p. 16.

³⁸ “O controle que os empresários do ensino detinham das secretarias e dos conselhos estaduais de educação, bem como das secretarias municipais, propiciou-lhes a contenção da implantação da reforma de 1971, no que dizia respeito à extensão ‘para cima’ e ‘para baixo’ da seriação das escolas primárias e dos ginásios das redes estaduais e municipais. Com isso, escolas privadas continuavam a não sofrer a concorrência das escolas públicas na escolarização das populações de baixa renda das periferias urbanas, apresentando-se, assim, como destinatárias das bolsas de estudo, que visavam compensar a “insuficiência quantitativa da rede pública”. CUNHA, L. Antônio. *Opus cit.*, p. 17.

salização do saber, na medida em que propicia de forma constante, recursos para políticas educacionais.³⁹

Porém, é conveniente lembrar que a realidade da derrota sofrida pela educação pública e seus defensores no processo constituinte de 1988, foi ainda acrescida da aprovação de um texto que permite, ainda que com restrições, o repasse de verbas públicas para a escola particular, sem se preocupar com a garantia de um mínimo de recurso para a escola pública.⁴⁰ Permitidos por diferentes mecanismos, esses repasses vêm incrementando o setor educacional privado nas últimas décadas. Eles confirmam a não garantia da universalidade do atendimento às demandas educacionais.

O que vem se confirmando é que, a expansão e a consolidação do ensino privado correspondem à deterioração do setor educacional público, que sem uma política educacional ficou à mercê de empresários, planejadores educacionais, consultores do Banco Mundial e outros atores que definem suas regras a partir de uma agenda orientada para o mercado.⁴¹

A análise dos gastos sociais nos últimos dois anos demonstra a concentração dos esforços do Estado no caminho da reformulação estrutural da oferta de ensino com orientação privatista, aumentando a participação orçamentária na área da administração e do planejamento, deixando para um segundo plano a atuação nos setores diretamente ligados à qualidade de vida do cidadão comum para diminuir as carências sociais e econômicas.

As áreas de educação, cultura, saúde e saneamento tiveram reduzidas suas participações no orçamento. Há uma perda significativa de recursos para a Educação e Cultura. De 1995 a 1998 ocorreu uma queda de 19,6% no volume de recursos autorizados, sendo 8,0% de 1996 a 1998 e 7,08% de 1997 a 1998. Os valores respectivos são: R\$ 14,0 bilhões em 1995, R\$ 12,3 bilhões em 1996, R\$ 12,2 bilhões em 1997 e R\$ 11,3 bilhões em 1998.

Enquanto o discurso predominante é o da qualificação para o trabalho, paradoxalmente, a maior queda ocorre no programa Ensino Médio cujas ações visam assegurar ao jovem a habilitação profissional de nível médio, objetivando a formação de mão-de-obra qualificada e o aces-

³⁹ OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O financiamento público da educação e seus problemas. In: _____ (org.). *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo : Cortez. 1995, p. 125.

⁴⁰ Idem, *ibid.*, p. 135.

⁴¹ VIEIRA, Sofia L. Op. citat, p. 40.

so ao ensino médio. Os R\$ 819,9 milhões autorizados em 1995, caíram para R\$ 56,6 milhões em 1998. Inclusive o programa de Ensino Fundamental que é ponto central no discurso governamental pela melhoria da qualidade de vida e direito de cidadania teve seus recursos reduzidos de R\$ 372,7 milhões em 1995 a R\$ 307,0 milhões em 1998.⁴²

Por sua vez, é preciso considerar a análise dos dados do Censo de 1994, publicado em 1996, sobre o perfil quantitativo das escolas no Brasil, onde já se percebe que o baixo investimento no setor se superdimensiona, uma vez que constitucionalmente a verba pública para a educação pode se esvaír legalmente para o setor privado. Aqui é possível, no mínimo, inferir que o crescimento do setor privado nas escolas de 1º, 2º e 3º graus pode indicar, proporcionalmente (comparando-se a dimensão do sistema público de ensino ao do ensino particular), que os investimentos neste setor estão mal distribuídos.

O descuido do ensino público por parte do governo tem sintonia com os pressupostos político-econômicos adotados nesses últimos anos, que segundo AZEVEDO (1997), colocam a educação na condição de um dos setores pioneiros de intervenção estatal, ampliando as oportunidades educacionais para redução das desigualdades, mas sob determinadas condições. Ao adotar-se o apoio à iniciativa privada no setor, estimulando a competição e o aquecimento do mercado; ao dar-se subsídios à formação profissionalizante dos indivíduos pelas vantagens que podem resultar para a comunidade em geral — o aspecto vocacional aqui não compõe as preocupações governamentais —; ao valorizar o capital humano supondo-se que um melhor preparo profissional vai refletir no futuro em melhores salários, com retorno para o capital investido estabelecido pela lei de mercado, a política educacional brasileira, como política pública, torna-se questionável.⁴³

Muitos concordam que nosso sistema público de ensino ainda é um modelo que pode garantir a cidadania do jovem no que diz respeito direto à educação, mas sem estímulo ele tem se tornado incapaz de acolher e incentivar a criatividade desses anos férteis da juventude. Os jovens são vítimas da miopia de agentes educacionais que não valorizam o patrimônio que o próprio poder público construiu ao longo dos anos e que pertencem

⁴² Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Out. 97.

⁴³ AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. São Paulo : Cortez/Associados. 1997, p. 15-16.

cem à sociedade brasileira. Ficam à mercê de professores mal preparados, que fazem da profissão um improviso, descontentes com os baixos salários, muitas vezes pagos com atraso; estudam em escolas arrebitadas pelo tempo e pela falta de recursos para manutenção; faltam bibliotecas, faltam conteúdos que estimulem o aprendizado.

A qualidade da escola pública passa por um processo de dificuldades, enfrentando suas deficiências pelo esvaziamento e pelo empobrecimento paulatino, fazendo com que o desejo de estar numa escola particular esteja presente nos segmentos que almejam a ascensão social.

Para VIEIRA,⁴⁴ não se justifica essa desobrigação do Estado com relação à educação pública por muitos fatores dentre os quais destacamos: a falácia do argumento da superioridade do ensino privado, sua falta de homogeneidade e a falta de evidências flagrantes da discrepância entre os desempenhos escolares de crianças da escola pública e da escola privada.

Por outro lado, o conflito induzido da necessidade de priorizar o ensino fundamental em detrimento da valorização do ensino superior público, como expressão da opção do governo pelos mais pobres, aumenta a apreensão sobre a qualidade de nossas escolas. Como a capacidade de prover o ensino de boa qualidade passa necessariamente pela revisão dos conteúdos dos cursos; pelos cursos de extensão; pela rediscussão do projeto pedagógico da escola pública; pela atualização dos professores; a universidade pública tem um papel central na produção desses conhecimentos. Não se pode esquecer que o(a) professor(a) do ensino fundamental que se forma no magistério é responsável pela transmissão de conteúdos que capacitarão seus alunos e prepararão melhor as novas gerações – se estiver preparado(a) para tanto. Universidade e ensino fundamental, portanto, são cúmplices dos mesmos fins.

Aqui a exclusão que se inicia numa política educacional discriminatória torna-se nitidamente classista, porque alguns têm acesso à produção cultural de forma fragmentada e despreparada, enquanto outros têm acesso a uma formação que promete a garantia da competência para a concorrência – ambas, em nosso entender, são condições reificadas de formar uma geração. É difícil a escolha. A vulnerabilidade juvenil é forjada tanto na estrutura social quanto nos valores ético-políticos reproduzidos em suas instituições.

⁴⁴ VIEIRA, Sofia L. *Opus cit.*, p. 42.

Considerações finais

Não é simples delinear a solução para a melhoria da qualidade de vida do jovem no Brasil, mas como procuramos expor, a intervenção prática sobre a problemática da juventude é uma realidade que nos exige contundência para que a sua exclusão social não seja progressiva.

Não devemos ignorar as ações imediatas encaminhadas para evitar o agravamento da exclusão social. Elas devem, porém, ser acompanhadas de uma concepção duradoura na perspectiva da constituição integral da cidadania juvenil, que no momento está comprometida pelas insuficiências de políticas sócio-educacionais mais abrangentes.

Iniciativas inovadoras e originais de trabalho juvenil por organizações não-governamentais, e também por governos locais, têm sido bem sucedidas e devem ser levadas em conta o seu caráter participativo e pela preocupação com a relação psicossocial que envolve o jovem e dá credibilidade à proposta de formação. No entanto, estas iniciativas não têm o mesmo alcance a ponto de substituir o governo federal para dirimir as desigualdades sociais.

A sociologia da educação, por sua vez, contribui com a desfeticização da realidade quando dá visibilidade aos antagonismos sociais que se expressam na vida de grande parte dos jovens brasileiros e que evidenciam a estrutura social injusta e discriminatória sob a qual ele vive. O afastamento da leitura crítica e histórica da reflexão teórica pode levar a equívocos, pois a crise social é sempre acompanhada da crise da razão⁴⁵ lembrando-nos que a discussão⁴⁶ sobre a desbarbarização como questão urgente da educação, ainda é atual. Para ADORNO, trata-se de refletir-mos sobre o fato de que, estando a civilização no mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontram atrasadas, de um modo peculiar e disforme, em relação a ela; isto, não só por estarem inseridas numa estrutura social coercitiva mas também por estarem tomadas por uma “agressividade primitiva”, “um impulso de destruição” gerado nas relações sociais.

Os jovens brasileiros não estão longe deste contexto. Uma parcela muito grande deles está sendo excluída socialmente, do trabalho e de uma escola que os coloca diante da opção educacional que tem como

⁴⁵ HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. 1976.

⁴⁶ ADORNO, Theodor. A educação contra a barbárie. In: _____. Tradução de Wolfgang Maar. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1996, p. 155.

fundamento a competição,⁴⁷ que leva ao fortalecimento do instinto a que se refere o autor e estimulador ao comportamento de risco citado. Ao mostrar que essa situação se deve à falência da cultura da civilização moderna, que tinha a promessa de muitas coisas e não as cumpriu, ADORNO quer dizer que isso dividiu os próprios homens, dividindo seu trabalho (intelectual x manual) e subtraindo-lhe a confiança em si mesmo:

E como costuma acontecer nas coisas humanas, a consequência disto foi que a raiva dos homens não se dirigiu contra o não cumprimento da situação pacífica que se encontra propriamente no conceito de cultura. Em vez disto, a raiva se voltou contra a própria promessa ela mesma, expressando-se na forma fatal de que essa promessa não deveria existir (...). Com a educação contra a barbárie no fundo não pretendo nada além de que o último adolescente do campo se envergonhe quando, por exemplo, agride um colega com rudeza ou se comporta de um modo brutal com uma moça; quero que por meio do sistema educacional as pessoas comecem a ser inteiramente tomadas pela aversão à violência física.⁴⁸

A imposição da razão instrumental, que mantém a atenção das pessoas sobre uma realidade social difusa, complexa e muitas vezes incontrolável em seus propósitos, está a serviço do esquecimento histórico. Posto assim, os educadores têm obrigação de entender e se opor a isto. O esclarecimento está em suas mãos, e eles devem intervir no direcionamento de políticas sociais neste contexto, ainda que estas tenham origem no acobertamento de conflitos derivados das relações de trabalho, podendo ser conseqüentes quando têm um outro endereço – o de mudar as condições de vida das pessoas para que elas tenham condições de mudar a própria sociedade.

Redefinir o padrão de crescimento numa perspectiva mais humanizadora exige ousadia, mas pode garantir menos sacrifício dos jovens, onde a legislação proteja, oriente o jovem trabalhador e o afaste da situação de precariedade em que se encontra, possibilitando-lhe a escolha. O aumento da duração da escolaridade básica obrigatória e a diminuição das horas de trabalho são necessidades que se impõem quando se pretende que a juventude possa trabalhar e estudar. O trabalho deve estar adequado às condições e às possibilidades do jovem, que está vivendo uma transição, encorajando-o como um indivíduo em formação.

⁴⁷ A escola como via de mobilidade social é incentivada pelos programas de alfabetização em andamento, que fazem da ascensão social a utopia e o sonho de muitos jovens das classes pobres. Diante da absoluta precariedade de vida dessas populações, no nível do senso comum fica difícil a aceitação da crítica ética e de valores de tal incentivo.

⁴⁸ ADORNO, Theodor. Op. cit., p. 164-165.

Neste trabalho, expusemos os dados que apontam o crescente índice de desemprego que atinge fortemente a população jovem. Ao mesmo tempo, fizemos observações críticas quanto aos limites de uma política de educação voltada, prioritariamente, para a profissionalização juvenil, quando sabemos que o mercado de trabalho não tem se expandido o suficiente para absorver o crescente número de jovens, mesmo os qualificados.

Esta contradição, mais do que uma formulação do texto, é de fato um problema da realidade juvenil que enseja pesquisas a orientarem iniciativas reclamadas pela sociedade. Nesta perspectiva é que defendemos a idéia da formação educacional mais ampla com uma educação básica estruturada para permitir ao jovem, a apropriação de uma habilidade profissional como *recurso, não como uma solução para o mercado de trabalho*.

Desta forma, mesmo em tempos de “não trabalho”, é fundamental existirem mais e melhores escolas para todos, como condição social e cultural para a vida. Daí ser preciso uma valorização da escola pública, pois esta é imprescindível. *Educar não é reduzir o aprendizado à habilitação profissional do jovem*. A falta de um estímulo vocacional em nossa política educacional, sanciona o tipo de formação que subliminarmente dirige o jovem, ao contrário de *prepará-lo* para uma escolha autônoma.

É preciso *valorizar a escola como solução qualitativa* para a intervenção junto ao segmento juvenil diante da dispersão de propósitos já apontada, para que ela não seja a expressão de uma política educacional em crise. A escola é o espaço em que se concretizam as definições desta política e a execução do seu planejamento; o cotidiano escolar é o elo final de uma complexa cadeia (consistente ou não) e *locus* onde ocorre o processo cognitivo da criança e do jovem, devendo por isso ter a maior atenção daqueles que estão preocupados com o futuro de nosso país.

Os jovens devem assim ser considerados *sujeitos* para serem participantes dos processos que os afetam. Ensino público e gratuito, assistência social de saúde, habitação, renda mínima, enfim, o fortalecimento da esfera pública, com programas permanentes de atenção e formação vocacional da juventude, sem uma visão utilitarista, podem recompor o quadro de uma nova sociabilidade para as novas gerações.

A escola é portanto, o *lugar* que pode e *deve forjar* uma nova consciência social. Seria utopia imaginarmos o incentivo da aversão à violência; da repulsa à competição; da recusa do autoritarismo hierárquico; do desprezo pelo poder de pessoas que humilham àqueles que estão sob o comando de outras; a negação do individualismo e a superação do senso comum?

Internamente, se a escola ambienta-se para a capacitação política desta geração, pode estar dando a ela oportunidade de resolução de muitos dos seus problemas. É preciso ouvir, entender e dar *autoridade aos jovens*.

A falta de objetivos que ronda a vida de muitos deles, atualmente, não deve ser lida de forma comparativa, pela atual falta de proposições políticas ou de engajamento e porque num passado recente os jovens estiveram à frente das idéias revolucionárias e ousadas da época. A comparação se arrisca a desqualificar uma geração por atribuir maior qualidade à outra. Não é o caso.

Hoje, os exemplos do engajamento político juvenil em movimentos sociais, grupos comunitários, partidos políticos, sindicatos, movimento estudantil, refletem as possibilidades históricas que eles podem atingir na sociedade civil, com base política para a inclusão social.

As experiências, as motivações e os interesses dos próprios jovens, são referências fundamentais para nos indicar o conteúdo adequado à educação de sua geração.

Finalmente, tais reflexões procuram sugerir a urgência de uma intervenção educacional na redefinição de políticas públicas e sociais dirigidas aos jovens, considerando sua condição de extrema fragilidade e o interesse maior.

A compreensão da educação e da cultura juvenil pode assim ser esclarecedora dos elementos para uma formação ética e para a superação das insuficiências sociais e culturais, presentes no sistema educacional. Pelo menos é o que justifica este texto, como encaminhamento de um amplo campo de pesquisa e intervenção.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Tradução de: Wolfgang Maar. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1996.
- AUGUSTO, M. Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. In: *Tempo Social*. 2º. sem./ 89, v. 1, p. 105-119. São Paulo : USP.
- AZEVEDO, Janete Lins de. *A educação como política pública*. São Paulo : Autores Associados. 1997.
- BOLETIM DIEESE. 1997, n. 194, p. 27-33.
- BOLETIM INFORMATIVO do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), n. 12, dezembro de 1997.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS – Brasil. Os gastos públicos no Orçamento da União (1995-1998). Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, Outubro de 1997.

- CEAS, Cadernos, n.165, p. 1-6.
- CEPAL. *La juventud en A. Latina y el Caribe*. Estudios y Informes de 1ª. CEPAL, n. 47. Santiago del Chile : ONU. 1985.
- CUNHA, L. Antônio. Educação política: os limites do estatal e do privado. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela (org.). *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo : Cortez. 1995, p.11-26.
- DESEP/CAP – Departamento de Estudos Sócio-econômicos e Políticos/ Centro de Apoio Político. *Resenha* n.10, 13/08/97, p. 4 e 5.
- _____. *Os gastos sociais no governo FHC*. Resenha DESEP, n.10, 13 de agosto de 1997.
- DRAIBE, Sônia. Repensando a política social: dos anos 80 ao início dos 90. In: SOLA, Lourdes & PAULINI, Leda (Org.). *Lições da década de 80*. São Paulo : EDUSP/UNRISD. 1995, p. 201-221.
- ERICKSON, Eric. *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro : Guanabara. 1987, p. 259.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei n.8069 de 13 de julho de 1990.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A escola como ambiente de aprendizagem. In: CASAL, Alípio et alii (Org.). *Empregabilidade e Educação – novos caminhos no mundo do trabalho*. 1997, p.139-150.
- GAZETA MERCANTIL. *Afluxo de jovens ao mercado ultrapassa em muito a demanda*. 06 de outubro de 1997, p. 4-13.
- _____. *Jovens precisam de novos cursos para conseguir trabalho*. 9 de julho de 1997, p. A-5.
- KRAUS, Arnoldo. Grupos Vulnerables. In: *Trabajo Social*, mar. 1997, n. 16, p.23-27. México : Escuela Nacional de Trabajo Social – UNAM.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo : Cortez. 1995, p.151-178.
- LESSA, Carlos et alii. Pobreza e política social: a exclusão dos anos 90. Praga – In: *Estudos Marxistas*, n.3, set. 1997, p.63-86. São Paulo : Hucitec.
- _____. Seminário debate trabalho educativo. In: *LIDA – Revista do Ministério do Trabalho*, jul./ago. 1997, ano 1, n. 3, 4 e 5, p. 52-53.
- MADEIRA, Felícia e BERCOVITCH, Alicia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo. 1986, n. 58, p.17.
- _____. A roda via do mercado. In: *Tempo e Presença*. São Paulo. 1989, ano 11, n.240, p. 11-18.
- _____. A onda jovem e o seu impacto na população economicamente ativa masculina em São Paulo. In: *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*. 1992, n.8. Rio de Janeiro : IPEA.

- MADEIRA, Felícia et alii. *Mapeando a situação do adolescente no Brasil – versão preliminar*. São Paulo : Fundação SEADE. 1997. (Mimeo).
- MARTIN, Virgínia H. *Social Policy on Transitions*. 1996, p. 4-5. (Mimeo).
- NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo : Cortez. 1990.
- OLIVEIRA, Juarez et alii. *Evolução e Características da População jovem no Brasil*. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. 1998, p.9-19. Brasília : CNPD.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *O financiamento político da educação e seus problemas*. In: _____ (Org.). *Política educacional – impasses e alternativas*. 1995, p.123-143. São Paulo : Cortez.
- PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa : Imprensa Nacional. 1996.
- ROSSI, Clóvis. *Europa lança seu tratado do emprego (Maastricht para o emprego)*. In: *Folha de São Paulo*. 21 de nov. 1997. Folha Mundo, p.15.
- SADER, E. *Trabalho e exclusão*. In: *Folha de São Paulo*. 31 de ago. 1997. Caderno Mais, p. 5.
- SOUSA, Janice Tirelli. *Ponte de. Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo : Hacher Ed. 1999.
- SPOSATI, Aldaíza et alii. *Cidadania e Comunidade Solidária*. In: *Serviço Social e Sociedade*. n.48, agosto de 1995, p. 132-137.
- VIEIRA, Evaldo. *As políticas e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos*. In: *Serviço Social e Sociedade*. 1997, ano XVIII, p. 67-73.
- VIEIRA, Sofia Lerche. *Neoliberalismo, privatização e educação no Brasil*. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela (Org.). *Política educacional: Impasses e alternativas*. São Paulo : Cortez. 1995, p. 27-56.